



Boletim do Venerável D. António Barroso

Director: Amadeu Gomes de Araújo, Vice-Postulador
Propriedade: Associação dos Amigos de D. António Barroso. NIPC 508 401 852
Administração e Redacção: Rua de Luanda, n.º 480, 3.º Esq. 2775-369 CARCAVELOS
Tlm.: 934 285 048 ^{*Chamada para a rede móvel nacional*} – E-mail: vicepostulador.antoniobarroso@gmail.com
Publicação trimestral | Assinatura anual: 5,00€

III Série

Ano XVI

N.º 47

Janeiro / Março de 2026

AS GRANDES VIAGENS DO BISPO MISSIONÁRIO

III - Visita Pastoral a Manica e Sofala (16-08-1892)

Por Amadeu Gomes de Araújo

Foi de barco que partiu para esta viagem, indo até Inhambane, onde começou por uma visita ao pároco. Subiu depois, até à Beira, ainda de barco, e dali partiu para o interior, por terras de Sofala, Manica e Gorongosa, fazendo mais de mil quilómetros em tenda de campanha, quase sempre por serras e vales de rios. Por ali andou, de meados de Agosto daquele ano de 1892, até fins de Outubro. Observou e estudou com particular atenção o planalto de Manica, pois pretendia escolher naquela zona um local com abundância de água e solo fértil, para instalar uma Missão.

Tal como a anterior, também esta era uma visita pastoral e uma viagem de estudo. Começou por subir o rio Púnguè, no Tungue, barco que rebocava duas lanchas, com as cargas e os respectivos carregadores, cerca de setenta, embrenhando-se depois todos na floresta.

Nestas longas viagens, normalmente era acompanhado por um ou dois padres, um funcionário público e umas dezenas de carregadores e guias, como era hábito na época.

Sem escolta e a pé. E ainda arranjava tempo para escrever um diário, em que tudo anotava. Conseguir alimentar toda aquela gente era o grande problema de todos os dias. Volta e meia queixava-se: «Tenho arroz para dois dias. Como alimentar tanta gente? Ninguém vende nada e é tudo caríssimo». Conta como usava a carabina sempre que via caça ao seu alcance. (1)

Seguiu por Mucaca, Angiva e Mundingu, até Chimoio (actual capital de Manica), Manica e Macequece, junto à fronteira com a Rodésia. No diário associa aquela zona montanhosa ao Gerês e, no dia 23 de Agosto, escreveu, ferido mais pela saudade da sua alma de minhoto do que pelo fígado maltratado: «Há um ano estava eu no Gerês...». (2)

As anotações que tomou confirmam que todo o comércio do interior estava nas mãos de ingleses. Há referências à orografia e à vegetação, registadas em linguagem técnica apropriada, à Companhia de Moçambique, à fome das populações, aos ingleses que por ali aguardavam o caminho-de-ferro, sobrevivendo com enormes privações. Franceses, ingleses e portugueses percorriam aqueles sertões à procura de veios de ouro,

e à espera do tal caminho-de-ferro que viria permitir a sua exploração.

«Em 29 chegou, pois, a Massiquece, em cujos arredores foi escolhido o local para a instalação d'uma missão a 200 metros de altitude, n'um sitio pittoresco, abundante de agua e de facil cultura. Ficava a uma caminhada de seis horas de Umtali. Segundo o seu plano, esta missão seria a séde d'outras que deveriam ser fundadas n'outros pontos da região». (3)

Ali em Macequece (depois designada vila de Manique), encontrou o primeiro padre que não exercia quaisquer funções de natureza religiosa. Como anotou no seu diário: «não diz missa, não ensina nem doutrina nem coisa alguma; apenas fazia tolices...». (4)

Resolveu levá-lo consigo, por ser ali inútil. Um padre desacompanhado não resistia à solidão e acabava por se cafrealizar.

Pretendia subir dali para Tete, pelo Bá-rue, mas, não tendo conseguido, acabou por regressar pela Gorongosa. Voltou a Chimoio, Mucaca, subiu a Gouveia e rumou a nordeste, até Sena.

A antiga vila de Sena tivera igreja e feitoria na época do tráfico do ouro, mas agora estava reduzida a meia dúzia de casas arrui-



nadas e algumas palhotas, como escreveu no seu diário. Ao ter conhecimento dos desmandos que se praticavam naquela zona onde havia graves contendas de interesses entre grupos rivais que actuavam fora de lei, não conteve um assomo de ira: «Esta Zambézia tem sido um pinhal da Azambuja, um covil de crimes que nos deshonram. É preciso terminar esta guerra e para isso pegar em muita gente que por aqui anda e pô-la em Timor. Estou convencido que em seguida não há mais guerras. Nestas coisas o preto é, em geral, quem paga as despesas e são os muzungos (5) que recebem os proveitos». Acrescentou ainda, que não haveria naquele «país zambeziano», um palmo de terra que não tivesse associada à recordação de qualquer crime. (6)

Para compreender os desmandos que por todo o lado se verificavam no interior de Moçambique, e que D. António pôde constatar, nesta e nas viagens seguintes, há que ter presente a história dos velhos «prazos» daquela colónia. Em total decadência durante a maior parte do século de oitocentos, os «prazos» estavam a renascer naquela última década, exactamente quando o Bispo Barroso por lá andava. A necessidade de desenvolvimento acelerado, a partir de 1890, levou à construção de companhias majestáticas, algumas das quais, verdadeiros estados dentro do Estado, dando azo a todo o tipo de prepotências. Em 1891, nasceu a Companhia de Moçambique, com capital alemão, inglês e sul-africano, e com estatuto de soberania sobre as actuais províncias de Manica e Sofala. A Companhia do Niassa, com capital inglês e francês, surgiu em 1890. Menos privilegiada, a Companhia da Zambézia, foi fundada em 1892. (7)

Feita esta olhada pela história, voltemos ao diário de D. António. Registou ter gostado



A cidade de Chimio, capital da província de Manica. A localidade, então chamada Vila Pery, foi elevada a cidade em 1969 e passou a designar-se Chimio, em 1975, após a independência. É uma das cidades mais altas do país. D. António Barroso, quando por ali passou, associou aquela região planáltica à zona montanhosa do Gerês, onde estivera em tratamento no ano anterior.



Mapa de Moçambique. As províncias de Manica e Sofala, no centro do país, são delimitadas pelo rios Zambeze a Norte, e Save, a Sul. Por estas terras inóspitas, na altura, D. António Barroso, caminhou e navegou durante mais de 2 meses, na visita pastoral que ali efectuou em 1892.

do muito de conhecer Gouveia, actualmente designada Catandica. No seu entender, foi um erro mudar dali para Massequece, actual Vila de Manique, a capital de Manica, que agora é Chimoio, como acima referimos. Confessa-se maravilhado com as plantações e culturas agrícolas ao cuidado de alguns soldados ali aquartelados. «Que beleza de produções!» exclamou D. António, esgravando as suas raízes rurais. (8)

Tomando uma embarcação que, com antecedência, solicitara ao Governador, desceu o rio Zambeze e subiu novamente até Quelimane, onde chegou a 22 de Outubro de 1892, no termo desta peregrinação pelas terras de Manica. Ali encontrou António Enes, governador da Colónia, e ali aguardou três semanas por um barco que o levou de regresso à Ilha de Moçambique.

Fora deveras difícil a viagem que assim terminava. Parte dela foi feita debaixo de febres. Precisou de uma consulta médica, mas não a conseguiu, por não dispor das vinte e cinco libras que lhe pediu um médico de Umtali. Várias vezes sentiu carência de alimentos e muita sede. No dia 9 de Outubro, escreveu: «Passei fome», e a 15 diz terem bebido água negra e imunda. Para cúmulo, perdura a ametista do anel da sagração episco-

pal, oferecido pela Sociedade de Geografia, e que tanto estimava. Tinha 38 anos. Registou no seu diário, em 6 de Novembro de 1892: «Fiz ontem os meus trinta e oito anos sem que ninguém o soubesse». (9)

NOTAS:

1 - Também Leão XIII, o Papa que tanto admirava, foi um hábil caçador, na mocidade.

2 - BARROSO, António – Diário, citado por CUNHA, Amadeu – *Jornadas e Outros Trabalhos do Missionário Barroso*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938, p. 104.

3 - BRAZ, Sebastião de Oliveira – *D. António José de Sousa Barroso – esboço da sua biographia*. Porto: Livraria Portuguesa Editora, 1921, p. 44.

4 - BARROSO, António – Diário, citado por CUNHA, Amadeu – *Jornadas e Outros Trabalhos do Missionário Barroso*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938, p. 109.

5 - Termo banto usado na Zambézia para se referir a indivíduos de pele clara, geralmente portugueses.

6 - BARROSO, António – Diário, citado por CUNHA, Amadeu – *Jornadas e Outros Trabalhos do Missionário Barroso*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938, pp. 121-122.

7 - A medida teve também aspectos positivos. As exportações e as receitas públicas de Moçambique superaram as de Angola. Ainda era assim quando da proclamação da República.

8 - BRAZ, Sebastião de Oliveira – *D. António José de Sousa Barroso – esboço da sua biographia*. Porto: Livraria Portuguesa Editora, 1921, p. 45

9 - BARROSO, António – Diário, citado por CUNHA, Amadeu – *Jornadas e Outros Trabalhos do Missionário Barroso*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938, p. 128.



A Fortaleza de São Marçal de Sena, construída entre 1572 e 1590, foi o centro da presença portuguesa na África oriental nos séculos XVII e XVIII. Quando D. António Barroso por ali passou, teve um arroubo de indignação, como se escreve no texto. Actualmente, do forte de São Marçal resta apenas o portal amparado por obras feitas em 1905, com a colocação de um padrão comemorativo em 1906, conforme foto acima.

Por entre as cartas do missionário Barroso...

Manuel Isaías Abúndio da Silva

Arquitecto da Unidade Católica



Por Margarida Pogarell

Professora e escritora

Pensamento de Abúndio da Silva e a I República

Manuel Isaías Abúndio da Silva correspondeu-se regularmente com D. António Barroso.(1) Na sua longa carta de Junho de 1911, o jornalista confidencia a D. António Barroso o que lhe vai na alma. Partilha com ansiedade a sua visão sobre o papel dos católicos na recém-instalada República e as suas mágoas perante as divisões internas da Igreja em Portugal.

Abúndio da Silva, então de férias em Viana do Castelo, informou ainda o prelado que o seu jornal, *Correio do Norte*, (2) tal como o seu antecessor *Correio do Minho*, (3) não voltaria ao prelo. No *Correio do Norte*, o seu órgão independente, o jornalista-advogado defendeu, nos 41 artigos que publicou sobre a revolução e os efeitos nefastos sentidos pelos crentes da religião Católica, que a única forma de salvação seria a União Católica ou de católicos, orientada superiormente pelos bispos.(4) O jornal foi publicado, entre 1907 e Dezembro de 1910. D. António Barroso terá apoiado financeiramente esta publicação, pois Abúndio refere esperar a venda do material do jornal.

Em Janeiro de 1911, o incansável combatente pela fé católica vivia já retirado, na sua terra natal.

Conflito Doutrinário: os Moderados e a Linha Dura

Gravemente doente, sentia-se desapontado e, mesmo, perseguido, por defender as ideias moderadas de Leão XIII – o chamado *ralliement* - que incentivava os católicos a lutar no âmbito da legalidade, sem pôr em causa o regime político. A doutrina de Leão XIII era considerada demasiado liberal pelos grupos mais conservadores, como os Jesuítas. Estes defendiam a restauração da monarquia e rejeitavam o regime republicano.

Abúndio da Silva revelou ao bispo do Porto a "guerra formidável" que os Jesuítas lhe haviam movido, por defender a aceitação da República, usando o terreno legal para promover a cristianização das leis, através do voto e da legislação, sob a direcção dos bispos.

Queixou-se, amargamente, da calúnia e dos métodos usados para o "prostrarem", afirmando: "Todas as armas foram boas, todos os meios foram justos."

Crítica ao Nacionalismo Político

Perante a notícia do reaparecimento do jornal *A Palavra*,(5) Abúndio da Silva recebeu a voz do catolicismo militante que, segundo ele, "[os intransigentes] confundiam a causa da Igreja com a da Monarquia como já

tinham confundido com o Nacionalismo" e não compreendiam "a doutrina da Igreja posta em relevo por Leão XIII", "segundo a qual se devem colocar no terreno legal, e no uso dos direitos que lhes cabem promover, a cristianização da legislação anticatólica, que já vem, da monarquia", Abúndio afirma aceitar "a doutrina da Igreja que aceita todas as formas de Governo, obedece aos poderes constituídos, actuando dentro do terreno da legalidade e das determinações não contrárias às leis de Deus e procura, ao mesmo tempo a cristianização das leis e dos governos."

"Seria esta a minha acção e trabalho, se ainda fosse jornalista, ou se ainda me fosse dado colaborar no movimento católico."



Manuel Isaías Abúndio da Silva, aos 20 anos de idade, período em que desenvolvia intensa actividade nas hostes legitimistas. Bacharel em Teologia, à época cursava Direito na Universidade de Coimbra.

Na última fase da sua vida, distanciou-se da subordinação católica aos interesses partidários, na esteira do *ralliement* leonino.(13)

Abúndio da Silva, o “militante católico”, sente-se um “homem morto” e “inutilizado” para a causa, pois a vê “enfudada” pelos defensores da linha dura política e monárquica. Relembra o “fantasma” do duelo entre Franciscanos (6) e Jesuítas (7) e a confusão entre “o triunfo da Igreja” com a “vitória de um ideal político”, sob o qual os católicos diziam sentir-se verdadeiramente escravizados e hipocritamente protegidos.

Abúndio notou com ironia que, “os paladinos dos princípios”, aqueles que se diziam os “campeões nacionalistas” defensores do “Trono e do Altar”, eram menos nobres ou activos contra a opressão da Igreja pelo Governo republicano, do que aqueles que, como ele, eram acusados de falta de “espírito saudável, bons costumes e até de fé”.

Afeito a trabalhar no campo católico, desde “pequenino”, afirma, ter de deixar correr a pena quando escreve sobre a “causa que tem sempre o maior e o melhor quinhão dos (s)eus afectos.”

Do Legitimismo à Acção Católica

Por volta dos dezoito anos, o jovem Abúndio da Silva começa a publicar, com uma escrita interventiva e militante. Em 1892, funda o jornal “A União”, de orientação legitimista(8) e ultramontana.(9) Ano em que D. António Barroso, candidato às eleições pelo círculo de Barcelos, perde em todas as assembleias. No 4.º ano da Faculdade de Direito de Coimbra dirige a revista legitimista “A Bandeira Branca”, logo terminada, além de outros escritos.

Abúndio da Silva não abandona nunca a luta para criar a unidade entre os católicos, opondo-se acerrimamente às cisões criadas com o combate feroz desencadeado contra Igreja por uma elite cidadina mais ilustrada num Portugal maioritariamente católico, rural e analfabeto.

Embora se sinta inutilizado, põe-se

à disposição para defender a Acção Católica e assumir o “posto que o seu prelado lhe destinar.”

Influenciado pelo pensamento social de Leão XIII, tornou-se um dos grandes impulsionadores da Acção Católica, em Portugal, defendendo a organização dos católicos para defender os seus direitos e “recristianizar” a sociedade.

Obra Final

Durante o ano de 1913, Abúndio da Silva publica o livro “Nacionalismo e Acção Católica”, obra fundamental para entender o seu pensamento sobre a



Francisco de Sousa Gomes (1860-1911), professor universitário de Química, e activista Católico português - <https://commons.wikimedia.org>

União Católica e a reacção directa à Lei da Separação das Igrejas de 1911.

Em 1914, embora marcado por convulsões e incertezas, em Portugal, tenta-se uma certa “pacificação interna”. É levantada a proibição de D. António Barroso(10) viver na sua diocese. No dia 3 de Abril de 1914, ao cair da tarde, o famoso bispo Porto regressa, entre aplausos, à maior diocese do país, mas as rupturas provocadas pela aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas não se desvaneceram.

Este dia terá sido de felicidade, mas a saúde deteriorada não dá tréguas. Abúndio da Silva faleceu, na manhã de 18 de Outubro, em Viana do Castelo.

O Impacto da Lei da Separação

O impacto que se fez sentir com a promulgação da “Lei da Separação do Estado das Igrejas”, em 20 de Abril de 1911 é radical e devastador. O Estado laico põe, radicalmente, em causa o poder de Roma, mas não abdica dos direitos de Padroado do Oriente,(11) atribuídos, ao longo de séculos, à deposta coroa portuguesa.

O papel da Igreja católica decaí nos territórios ultramarinos situados no Oriente, África e Ásia. A evangelização estagna, degrada-se. O clero, sem “sangue novo” e confrontado com a maior pobreza, é perseguido e abandonado à sua sorte. A importância e poder português nos territórios ultramarinos esvai-se.

Portugal naufraga a pique.

Do caos político, económico, religioso e social instalado com a I República emerge o Estado Novo de António Oliveira Salazar.

O Centro Católico e o Estado Novo

O fervoroso militante católico já não observa como as ideias explanadas pela sua pena, que brandiu até à morte, ganharam asas.

O “Nacionalismo e Acção Católica” viria a servir de base teórica para a criação, em 1915, do Centro Católico Português (CCP), para uma intervenção política organizada, sem revoluções, a favor dos interesses da Igreja Católica durante a I República.

Com o CCP emergem duas figuras de relevo. António de Oliveira Salazar, que foi deputado pelo Centro Católico, e o cardeal Cerejeira. A ascensão de Salazar ao poder torna o CCP dispensável. A Acção Católica Portuguesa (ACP), criada em 1933, substitui a intervenção política por outra forma de actuação, estritamente religiosa e social, sem fins eleitorais.

O Centro Católico foi formalmen-



te extinto, pelo Episcopado português, em Janeiro de 1940, no âmbito da Concordata.

“O incansável militante católico informa pesaroso D. António Barroso da gravidade do estado de saúde de um amigo comum, o Dr. Sousa Gomes, (12) que acabará por falecer em Coimbra, pouco depois, a 8 de Julho de 1911.

Termina a carta com.

Rogo a Vossa Excelência, se não esqueça dele nas suas orações, ponto e pedindo a mesma caridade para mim e minha mulher. Beijo a sagrada de Vossa Excelência com o mais profundo respeito, me assino...

Abúndio da Silva

Fontes:

SILVA, Manuel Isaías Abúndio da, **Nacionalismo e Acção Católica**, Porto, 1913.

Arquivo privado da correspondência de D. António Barroso. Silva, Abúndio, 30 de Junho de 1911.

NOTAS:

1 - Na correspondência de D. António Barroso encontram-se mais de uma dezena de cartas com o testemunho intelectual e espiritual de Abúndio da Silva.

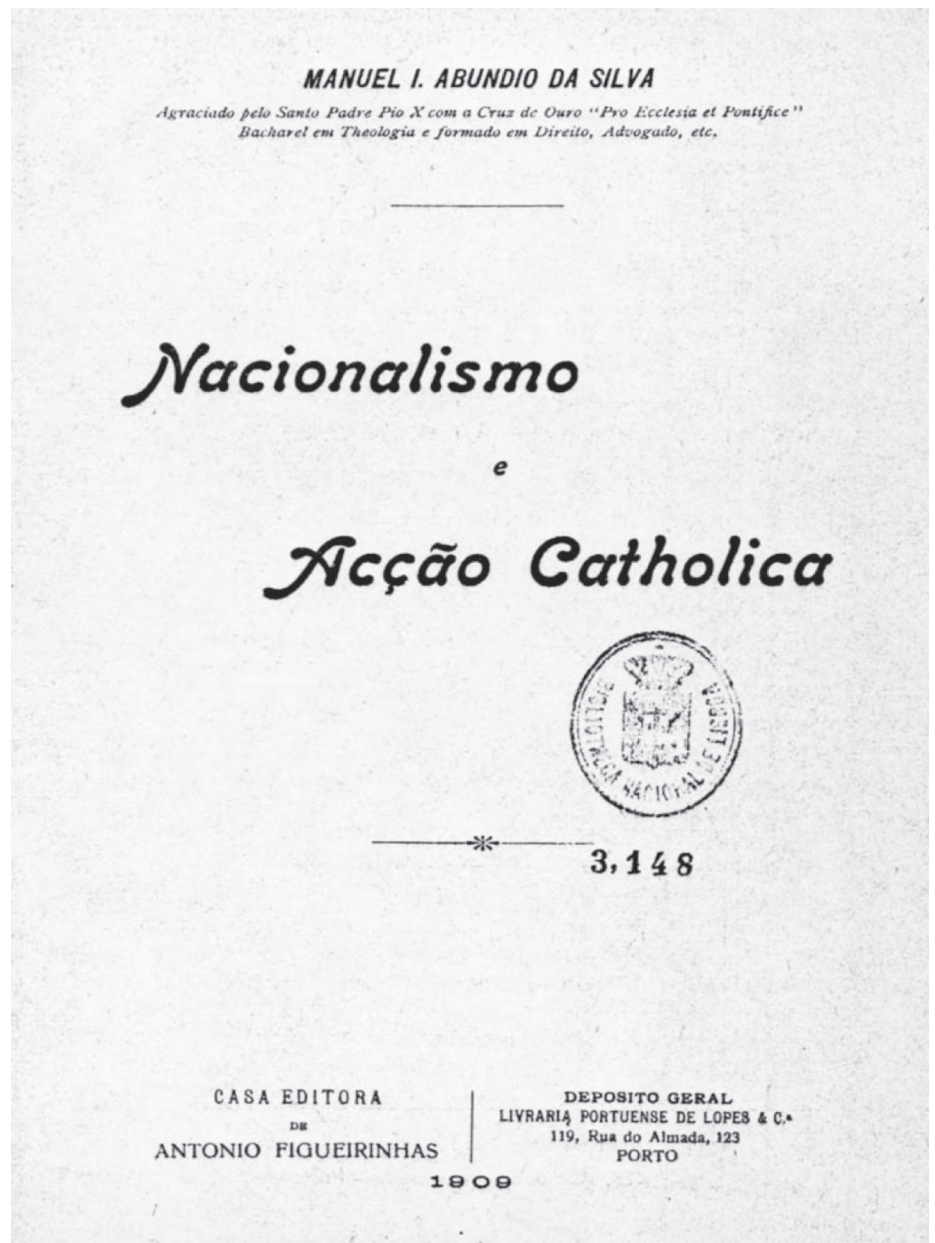
2 - O jornal *Correio do Norte* foi publicado entre 1907 e 1911.

3 - O jornal *Correio do Minho* foi publicado entre 1902 e 1907, mas verá ressurgir o seu nome, em 1926, aquando da fundação do *Correio do Minho*, que desde então, se mantém activo e é uma referência para a região do Minho.

4 - António Jesus Ramos – *A Igreja e a I República: a reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-11*. Didaskalia, 1983, pág. 294.

5 - O jornal *A Palavra*, onde Abúndio da Silva erguia a bandeira de Leão XIII, enquanto outros redactores, como os Jesuítas, defendiam a rejeição da República, sofreu várias perseguições por parte do Governo Provisório republicano, era um reflexo da tensão existente. Em 1911, *A Palavra*, ergue a voz contra Afonso Costa e a legislação laica, tornando-se um órgão feroz do catolicismo militante e da resistência católica à República.

6 - Os Franciscanos (como Abúndio) defendiam uma visão mais social, submetida ao Bispos, sem envolvimento na política



partidária.

7 - Os Jesuítas defendiam a linha dura, para eles ser católico era ser monárquico, o que implicava a rejeição plena da República, logo a confrontação.

8 - A expressão "legitimista", dentro da Doutrina Social da Igreja estabelece princípios sobre como os católicos devem participar da vida política e como os governantes devem actuar, baseados em valores como a justiça, a solidariedade, prol do bem comum.

9 - Ultramontanismo – Corrente que defendia a autoridade absoluta do Papa sobre as igrejas nacionais.

10 - D. António Barroso faleceu no Porto, em 1918, como símbolo da resistência à Lei da Separação, tendo o seu funeral sido uma apoteose popular que o consagrou como "Bispo Santo".

11 - Padroado do Oriente refere-se ao conjunto de privilégios que o Vaticano concedeu através de Bulas, a Portugal, para administrar a Igreja nas terras descobertas no Oriente e em África.

12 - Francisco José de Sousa Gomes, nascido em Braga em 1860, faleceu em Coimbra em 8 de Julho de 1911. Catedrático e Químico, em Coimbra, unia em si a ciência e a religião. Fundou o moderno movimento católico; foi presidente da Obra dos Congressos e militante do Partido Progressista. Também ele preconizava a unidade de todos os católicos à volta dos bispos.

13 - A política do "Ralliement" do Papa Leão XIII incentivava os católicos franceses (e depois outros) a aceitarem os regimes republicanos para os influenciarem por dentro.

TRIBUNA DO LEITOR

Agradecemos ao Arq. Duarte Pinto a colaboração que amavelmente nos enviou:

I - Imagem da Imaculada, benzida por D. António Barroso:

No exterior da igreja de Cedofeita, desde a minha adolescência, me lembro de ver uma coluna de pedra no cimo da qual está uma imagem de Nossa Senhora à qual gabei devoção.

Passados mais de 50 anos voltei a deparar-me com essa imagem e anotei as inscrições que foram feitas na sua base.

Do que se gravou constato que a iniciativa do priorado de Cedofeita ao colocar a imagem em 1904 era comemorar os 50 anos da Proclamação do Dogma da Imaculada Conceição.(1) Foi colocada no claustro e inaugurada e benzida pelo Bispo do Porto de então, D. António de Sousa Barroso.

Esse acontecimento passou-se no dia 18 de Setembro de 1904, conforme se regista na base da coluna que sustenta a imagem, que diz o seguinte:

**À IMMACULADA CONCEIÇÃO DE MARIA
A FREGUEZIA DE CEDOFEITA
E O SEU DOM PRIOR
ANTONIO MARIA CORREA DE BASTOS
PINA (2)**

**O Ex.mo e Rev.mo Snr. Dom
ANTONIO DE SOUZA BARROSO (3)
BISPO DO PORTO
Benzendo solenemente esta imagem
no dia 18 de Setembro de 1904
concedeu 50 dias de indulgências
aos fiéis que rezarem diante da mesma
UMA AVÉ MARIA E UMA SALVÉ RAINHA**

É relevante, em minha opinião, o facto de 5 anos depois ter tomado posse como bispo do Porto, D. António Barroso fosse benzer uma imagem em cuja base está o nome do Prior de Cedofeita que tinha feito frente ao anterior bispo e cardeal D. Américo.(4) Julgo que, deixando passar um tempo prudente, D. António Barroso procurou com a sua presença na Cedofeita apaziguar o ambiente de tensão entre a diocese e o priorado e reabilitar o nome do anterior Prior.

Diga-se que D. António Barroso talvez tivesse uma especial estima por esta paróquia, pois no dia 1 de Outubro de 1899 benzeu a primeira pedra da nova igreja, projeto do Arq. Marques da Silva e depois voltou a



A
IMMACULADA CONCEIÇÃO DE MARIA
D
A FREGUEZIA DE CEDOFEITA
E O SEU DOM PRIOR
ANTONIO MARIA CORREA DE BASTOS PINA
O Ex.^{mo} e Rev.^{mo} SNR. DOM
ANTONIO DE SOUZA BARROSO
BISPO DO PORTO
Benzendo solenemente esta imagem
no dia 18 de Setembro de 1904
concedeu 50 dias d'indulgências
aos fiéis que rezarem diante da mesma
UMA AVÉ MARIA E UMA SALVÉ RAINHA

NO
QUINQUAGESIMO ANIVERSARIO
DA
DEFINICAO DOGMATICA
1854-1904

estar presente no dia 8 de Dezembro de 1906, para celebrar a primeira missa, ainda que numa dependência improvisada em capela.

Na mesma base da coluna, do lado direito, está escrito "AVE GRATIA PLENA. Em 30-10-1921 fez a sua entrada solemne n'esta igreja o Ex.mo Rv.mo Sr. D. António Barboza Leão,(5) venerando Bispo do Porto para presidir a Festividade em Honra da N. S. do Rozario".

E do lado esquerdo, esclarece-se que o conjunto da coluna e respectiva imagem foi "retirado do claustro do priorado de Cedofeita em 1930" e quarenta e dois anos depois "foi reintegrado no adro da nova igreja paroquial em 22 de Outubro de 1972". Não sei onde seria o claustro do Priorado mas realmente em frente da Igreja românica de Cedofeita ainda hoje se chama Largo do Priorado. Porque terão tirado a imagem em 1930 e só a repuseram em 1972? Não sabemos, mas pelo menos há mais de 53 anos é venerada naquele local e foi benzida pelo Venerável D. António Barroso há mais de 120 anos. Avé Maria. Salve Maria. Deo Gratias.

NOTAS:

1 - "O dogma da Imaculada Conceição foi proclamado pelo Papa Pio IX em 8 de dezembro de 1854, na bula *Ineffabilis Deus* que atesta e proclama que a Virgem Maria foi preservada do pecado original. Desde o primeiro instante de vida, ou seja, desde sua concepção, a Mãe de Deus não teve em si nenhum tipo de inclinação ou idolatria ao mal". <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2024-12/imaculada-conceicao.html>

2 - Foi cônego e prior da Igreja de São Martinho de Cedofeita, no Porto, desempenhando funções na colegiada de Cedofeita, por volta de 1878-1880. Teve confrontos com o Cardeal D. Américo, Bispo do Porto, devido a questões sobre obrigações paroquiais e corais. Por problemas pulmonares obteve licença para se retirar para a sua terra natal, Carregosa, em 1884. Foi o responsável, em conjunto com seu irmão D. Manuel Bastos Pina (22º conde de Arganil e 57º bispo de Coimbra), pela construção do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes que se inaugurou em 1902, na quinta da Costeira em Carregosa, Oliveira de Azeméis, pertença da família.

3 - D. António Barroso foi bispo do Porto de 20 de maio de 1899 a 31 de agosto de 1918, data em que faleceu.

4 - D. Américo Ferreira dos Santos Silva foi bispo do Porto de 26 de junho de 1871 a 21 de janeiro de 1899, data em que faleceu.

5 - D. António Barbosa Leão foi bispo do Porto de 16 julho de 1919 a 21 de junho de 1929, data em que faleceu.

2 - A Chave do Céu

No Porto, no dia 26 de Abril de 1916, D. António Barroso confirmou com o seu “*imprimatur*” a conformidade com a doutrina da Igreja de um pequeno livro cujo título era “**A Chave do Céu**”. Tratava-se de uma “*cartilha Católica, contendo: deveres do cristão, orações, hinos, cânticos, ladainhas, catecismo, ajudar à Missa, Missa, confissão e comunhão, via-sacra, Vida de Jesus, etc., etc.*” conforme se lê na primeira página do livrinho de 8 x 12 cm, 359 páginas, capa dura e preta, com uma cruz gravada ao centro.

Esse livro contou também “*com a aprovação dos Ex.mos Rev.mos Srs.: Cardeal Patriarca (D. António Mendes Bello), Bispo de Portalegre (D. Manuel Mendes da Conceição Santos) e Bispo de Viseu (D. António Alves Ferreira)*”, que se notabilizaram pela firme oposição às políticas anticlericais do início da República.

O autor foi o padre José Lourenço Pereira de Matos, que na altura era o pároco de Sobrado, em Castelo de Paiva, onde pastoreou pelo menos até 1928. Antes tinha passado pela paróquia vizinha de Bairros em 1906-1908 e, antes ainda, tinha sido coadjutor na paróquia de Campanhã no Porto, em 1901, local onde talvez tivesse conhecido o bispo D. António Barroso.

Quem publicou “**A Chave do Céu**” foi a Casa Editora de Figueirinhas & C.^a, situada na Travessa de Cedofeita, 57 no Porto. Esta editora pertencia a António Simões Figueirinhas, nascido “*no concelho de Vouzela, em 1865, que se haveria de destacar no mundo da educação e das livrarias. Oriundo de uma família de lavradores abastados da freguesia de Cambra, frequentou o Seminário de Viseu, aí tendo concluído o curso de Teologia, mas nunca exerceu o sacerdócio (...)* A par da sua intensa atividade, fundou a “*Casa Editora (e Livraria) A. Figueirinhas*”, mais tarde conhecida como “*Empresa (e Livraria) da Educação Nacional*”. Todo o universo Figueirinhas, fundado em 1895, com a respectiva livraria, em matéria de publicações

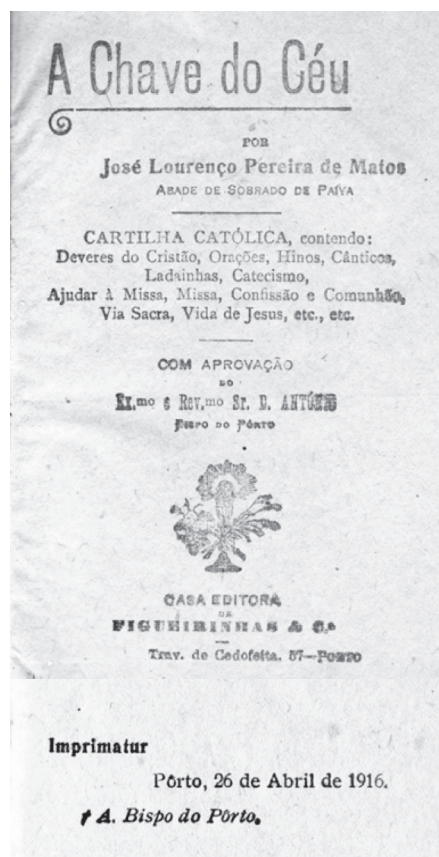


O padre José Lourenço Pereira de Matos com a “Comissão Central de Obras” em 1928 diante da estátua do Visconde de Castelo de Paiva.

e outros materiais, mormente um monumental dicionário, tem na sua gênese neste nosso arrojado empresário.”(1)

Na introdução os editores referem que este livro se dirige sobretudo às crianças a quem ele se dedicou: “*Crianças! Obedientes à voz de Jesus, sede a alegria da Igreja, a honra do lar e a esperança da Pátria. E assim educadas na mais salutar doutrina, por esta Chave do Céu, vós sereis filhos amorosos, irmãos dedicados, cidadãos exemplares e almas queridas de Deus*”.

É interessante referir que um livro católico como este, com 350 páginas, talvez não se destinasse apenas às crianças,(2) pois era útil também a muitos adultos, para ajudar a combater a ignorância da religião cristã que



alustrava no País. Aliás, era uma edição fácil de transportar num bolso, de letra pequena e quase sem ilustração, coisa que para crianças não seria muito atrativa. Além disso, em 1916, ainda estava presente a campanha que a República tinha exercido contra a Igreja Católica, pelo que a edição deste livro, nesta altura, era muito útil para fortalecer a Fé do povo cristão, tão abalada pelas perseguições. Era também uma época de grandes calamidades como a Primeira Guerra Mundial, que então decorria, com muitos soldados portugueses mortos e feridos, e que exigia combater com a arma da oração.

Não deixa de ser também um ato de



Na varanda do paço de Sacais, D. António Barroso agradece, com lágrimas, a manifestação de apoio, após regressar do exílio.

coragem e de Fé para o bispo D. António Barroso, para os restantes bispos que o aprovaram, para o editor e para o autor pois estavam claramente a fazer frente às ideias republicanas, cujo objetivo tinha ficado tristemente celebrizado com a frase: “*dentro de duas gerações o catolicismo estará completamente extinto em Portugal.*”(3) Recorda-se que as perseguições se mantinham, pois D. António voltaria a ser exilado uma vez mais em 1917, assim como os pobres pastores de Fátima.

Como é lógico este livrinho de orações nada refere sobre Fátima e as aparições do Anjo de Portugal e de Nossa Senhora aos pastorinhos, uma vez que ainda não tinham acontecido quando foi publicado. Mas D. António Barroso ainda deve ter ouvido falar dessas extraordinárias aparições em 1917, que o terão fortalecido na devoção à Santíssima Virgem Maria, a quem se aplica também a invocação de Porta do Céu.(4) Entre muitas ações virtuosas que praticou em vida, a publicação deste livro pode ter sido umas das Chave do Céu que lhe abriu a Porta da Eternidade pela mão da Nossa Mãe, no dia 30 de Agosto de 1918...

NOTAS:

(1) - <https://freidogozo.blogspot.com/2018/02/um-professor-de-lafoes-com-grande-obra.html>.

(2) - Como curiosidade, o exemplar que encontrei em minha casa pertenceu a um jovem de seu nome Júlio Luiz Lebois Fonseca, que foi mais tarde um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Matemática.

(3) - Frase proferida no contexto da implantação da República que reflete a visão radical e anticlerical de Afonso Costa, que como Ministro da Justiça liderou a implementação da Lei da Separação, em 1911.

(4) - Na devoção católica, “Porta do Céu” é um dos títulos atribuídos à Virgem Maria, inclusive na Ladainha Lauretana.



Conheça o
Venerável D. António Barroso
No site www.domantoniobarroso.pt pode ver e ouvir uma breve entrevista gravada no YouTube, sobre a vida e a obra de D. António Barroso, insigne bispo missionário, que todos desejamos ver nos altares.

É difícil manter a candeia acesa

Numa recente visita a Meliapor, o Rev.mo Cónego do Cabido da Sé Catedral do Porto, Jorge Teixeira da Cunha, recordou o insigne Bispo Missionário que presidiu àquela Diocese da Índia, de Fevereiro de 1898 a Julho de 1899. O ilustre Prof. Catedrático da Universidade Católica do Porto, que é também autor, entre outros, do livro **“O Homem Sem Sombra”**, sobre D. António Barroso, editado por *Letras e Coisas, Lda.*, em 2017, fala-nos da surpresa que sentiu por não ter encontrado nem rasto nem sombra do Venerável D. António: **«(...) Tive o gosto de ter estado em Setembro passado, pela segunda vez, na catedral de Meliapor. Não consegui ver qualquer referência, nos lugares públicos, à causa de canonização de D. António Barroso. Continua lá o nome dele na lista dos bispos do Padroado, mas essa lista jazia abandonada no chão de uma capela lateral. (...) É difícil manter a candeia acesa num lugar tão distante. (...)»**



GRAÇAS RECEBIDAS

“Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos” (Antoine De Saint-Exupery)

O processo de canonização do Venerável D. António Barroso encontra-se em Roma, no Dicastério para as Causas dos Santos, aguardando que surja um acontecimento que a Igreja considere milagroso. Sem ele, o processo não avança. Se entender que recebeu alguma graça extraordinária (milagre), alguma resposta extraordinária às preces que dirige a Deus, por intercessão do Venerável, informe o Postulador ou o Vice-Postulador, pelo tlm. 934285048 ou pelo e-mail vicepostulador.antoniobarroso@gmail.com

D.^a Maria do Sameiro Loureiro de Miranda, devota de D. António, comunicou-nos que, devido a problemas familiares graves, o desespero tomou conta de si e que tem consciência de que se mantém viva graças à mão amiga do Venerável D. António.

CONTAS EM DIA

A última relação de contas (até 30 de Outubro de 2025), está disponível no Boletim n.º 46, III Série. De 1 de Novembro de 2025 até 28 de Fevereiro de 2025, realizaram-se as seguintes **despesas**: Escola Tipográfica das Missões (Boletim N.º 46): 634,09€; Consumíveis e correio: 60,00€. **TOTAL: 694,09€.**

No mesmo período, recebemos os seguintes **donativos** para apoio à Causa da Canonização e despesas do Boletim: Mons. Abílio Alves Cardoso: 50,00€; Dr. João Rodrigues Gamboa: 150,00€; Dra. Maria Eugénia C. Lousã Machado: 60,00€; Dra. Maria Adelaide Meireles: 30,00€; Dr. António José Gonçalves Barroso: 100,00€; Santuário Monte da Virgem/ Amadeu Gomes de Araújo: 300,00€; Dr. João Alves Dias: 100,00€; D.^a Maria Gorete Araújo São Bento: 50,00€; Sr. Manuel Augusto Senra: 25,00€; D.^a Maria Ermelinda de Melo Osório: 65,00€; Dr. Fernando D.S. Sequeira: 5,00€; Drs. Maria Clara Beleza Ferraz e José Manuel Meira Matos: 30,00€; Dra. Maria Adelaide Araújo Simões: 50,00€;. **TOTAL: 1015,00€.**

**PARA APOIO À CAUSA DA CANONIZAÇÃO OU DESPESAS DO BOLETIM,
USE A CONTA DE D. ANTÓNIO, NA C.G.D.:**

NIB: 003505420001108153073 IBAN: PT50003505420001108153073 BIC: CGDIPTPL

MORADA DO BOLETIM:

RUA DE LUANDA, N.º 480, 3.º ESQ. / 2775-369 CARCAVELOS / CASCAIS